

# Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

*Volume 17, julho a dezembro de 2006*

## O CONCEITO DE GESTÃO ESCOLAR NA ECOPELAGOGIA

Hilda Gomes Dutra Magalhães<sup>1</sup>

### RESUMO

O envolvimento da gestão escolar na formação da sociedade sustentável é fundamental. Entretanto, qual seria o modelo de gestão que poderia melhor atender aos objetivos da Ecopedagogia? Esta é a questão central desse artigo, em que nos propomos refletir sobre o tipo de gestão escolar mais adequado aos interesses da Ecopedagogia. A partir da avaliação dos limites da Democracia, concluímos que o conceito de gestão mais apropriado à ecoformação é o de gestão democrática, entretanto não uma democracia laica, como a que se tem propagado nas escolas e em outras esferas organizacionais, mas uma democracia vista como um processo de gestão mediado não apenas pela instância política, mas também pela espiritual. Na prática, isso significa que a participação e a espiritualidade passam a ser formas de manifestação da gestão escolar, preparando os indivíduos para a cidadania planetária, mas também para o exercício da verdadeira fraternidade.

**Palavras-chave:** Gestão escolar- Ecopedagogia- Desenvolvimento sustentável.

### ABSTRACT

The compromise of the school management in the formation of the maintainable corporation is fundamental. Nevertheless, which will be the management model adjusted to the Ecopedagogy objectives? This is the bottom question of this article, in which one we us propose to do a reflection about the school management model the most fitting one to the Ecopedagogy. From valuation on of limits Democracy, we conclude that the management concept the most fitting one to the ecoformation is the democratic management, nevertheless not a laïque democracy, as that one we see in the schools and in the others corporations, but a democracy seen as a process what include not only the political dimension, but also the spiritual sphere. To the practice, the participation and the spirituality must compose the school management, an preparing, of this manner, the individuals for the planetary citizenship, for the true brotherhood.

---

<sup>1</sup> Doutora em Teoria da Literatura, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente -77.010-000- Palmas- Tocantins-Brasil, hildadutra@uft.edu.br.

**Key words:** Ecopedagogy - school management- Democracy- Spirituality.

Objetivamos, neste artigo, refletir sobre qual seria o modelo de gestão escolar capaz de atender às demandas da Ecopedagogia. Para tanto, compararemos os seus princípios básicos, expostos por Gutiérrez e Prado (2000), ao conceito de gestão escolar apresentado por Libâneo (2001), buscando compreender que tipo de gestão seria mais adequado para que a Ecopedagogia possa se tornar uma realidade nas escolas.

A discussão sobre a necessidade de se criar uma ecopedagogia ganhou impulso sobretudo a partir do Primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, organizado pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio do Conselho da Terra e da UNESCO, de 23 a 26 de agosto de 1999, em São Paulo, e do I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia, realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, de 24 a 26 de março de 2000.

Compreendida como a pedagogia da terra, a Ecopedagogia, nas palavras de Gutierrez e Cruz Prado, é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do « sentido das coisas » a partir da « cotidianidade » (2000 :106). Desses encontros surgiram os princípios norteadores de uma educação para a sociedade da sustentabilidade, como se segue:

- 1.O planeta deve ser visto como única comunidade (aldeia planetária);
- 2.A Terra deve ser vista como mãe, organismo vivo e dinâmico;
- 3.A escola deve formar a consciência da sustentabilidade, fundada no sentido;
- 4.Deve-se motivar o sentimento de ternura em relação à Terra, nossa morada;
- 5.Deve-se formar uma consciência planetária e uma nova ética, visando a justiça sócio-cósmica, que vê a Terra como o maior dos pobres;
- 6.A ecopedagogia deve promover a vida, levando o educando a compartilhar, a problematizar, a se envolver e a se relacionar com os outros;
- 7.O conhecimento deve ser visto como partilha, algo que se conquista sempre em comunhão com o outro;
- 8.A escola deve ensinar ao educando o sentido da vida cotidiana;
- 9.Deve-se desenvolver uma racionalidade baseada na afetividade, na intuição e na comunicação, ao invés de se priorizar apenas a razão instrumental;
- 10.A escola deve incentivar o desenvolvimento de novas relações e atitudes em que se veja o mundo através da sensibilidade e não apenas da razão.

Como afirmam Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (2000:61), encontramos o sentido ao

caminhar, vivenciando o contexto e o processo de abrir novos caminhos, ao invés de apenas observá-los. A ecoformação está ligada ao espaço/tempo no qual se realizam concretamente as relações entre o ser humano e o meio ambiente. Elas ocorrem mais no nível da sensibilidade do que no nível da consciência. As relações fundamentais ocorrem, portanto, no nível da sub-consciência, motivo pelo qual não as percebemos e, muitas vezes, não sabemos como elas acontecem. É preciso uma eco formação para torná-las conscientes (Pineau). E a ecoformação necessita, por sua vez, de uma ecopedagogia.

Capra (1993: 39) é muito claro ao afirmar que uma nova consciência ecológica só será possível “quando aliarmos ao nosso conhecimento racional uma intuição de natureza não-linear de nosso meio ambiente”, o que é comum nas culturas primitivas, mas raro na sociedade ocidental. A Ecopedagogia como ecoformação pressupõe uma vivência com a natureza, um sentir a natureza mais do que um saber sobre ela. Precisamos de uma ecopedagogia e uma ecoformação hoje justamente porque, sem essa pedagogia para a re-educação do homem/mulher, principalmente do homem ocidental, prisioneiro de uma cultura cristã predatória, não poderemos falar da Terra como um lar, como uma toca, para o "bicho-homem", como nos ensina Paulo Freire. Sem uma educação sustentável, a Terra continuará sendo considerada apenas como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de nossas pesquisas, ensaios, e, algumas vezes, de nossa contemplação. Mas não será o espaço de vida, o espaço do aconchego, do "cuidado", fundamental para uma nova consciência (BOFF, 2004: 133).

Colocada neste sentido, a Ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global cuja preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral), o que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Este é o sentido profundo da Ecopedagogia, ou da Pedagogia da Terra.

Terminologias como "nossa humanidade comum", "unidade na diversidade", "nosso futuro comum", "nossa pátria comum" e "cidadania planetária" nos remetem a uma nova utopia, a utopia da integração, que se insinua como desejo utópico não apenas na Ecopedagogia, mas também em todas as discussões que se fazem hoje em todas as áreas do conhecimento. No centro dessa idéia de integração está a Terra, nosso bem comum. Trata-se de uma nova consciência telúrica, que procura resgatar, a partir de uma nova relação com a Terra, o sentido da existência humana. Como afirma Morin, é necessário que as pessoas “compreendam tanto a *condição humana* no mundo como a condição do mundo humano, que, ao longo da história moderna, se tornou condição da *era*

*planetária.*” (2003: 63).

Dentro da direção apontada pela Agenda 21 Global e pela Carta da Terra, a educação para a cidadania planetária deverá ter como princípios a integração da multiplicidade cultural e a instauração da igualdade social e econômica, pois não há como falar em integração e preservação ecológica sem que as desigualdades sociais sejam superadas. Isso significa que deve ser implantada, conforme os dois documentos sugerem, também uma Democracia planetária, talvez a grande utopia do século que se inicia.

Hoje, há um enorme desequilíbrio entre o avanço tecnológico e o aspecto social. Esse desequilíbrio é potencializado pela globalização econômica, que provoca fossos enormes entre os que detêm o poder econômico e político e os excluídos, cada vez mais numerosos. Verifica-se também uma crescente demanda pelas mínimas condições de vida, a que os Estados Nacionais não conseguem responder de modo satisfatório, o mesmo ocorrendo em relação às demandas espirituais, que são "respondidas" por mercadores religiosos, sobretudo nos guetos, nos bairros mais pobres.

Mesmo os parâmetros curriculares que, ilusoriamente, pretendem responder a estas demandas, na verdade respondem a uma necessidade do Capital na era globalizada. O que a Ecopedagogia propõe é, portanto, um aceno à possibilidade de se criar uma cultura global de respeito a todos os seres, em que o homem possa viver harmoniosamente com o seu meio ambiente.

Mas qual seria o modelo de gestão escolar que estaria embutido nos princípios da Ecopedagogia ou que seria mais adequado à aplicação desses princípios na prática educativa? Como sabemos, a Ecopedagogia apresenta um leque de idéias bastante inovadoras, se afirmando como um pensamento contemporâneo que consegue encaminhar para o âmbito da Educação as principais questões relativas às questões ambientais que hoje perpassam todas as ciências.

Em termos gerais, a Ecopedagogia fala a mesma língua dos novos paradigmas da Educação, propondo a junção de teoria e prática, a significatividade, a comunhão, dentre outros elementos largamente discutidos dentro do paradigma emancipatório.

Para avançarmos em nossas reflexões é necessário, entretanto, ter em mente que a Ecopedagogia não se restringe ao espaço escolar propriamente dito, pois, na verdade, ela se destina à formação da comunidade em geral. O nosso interesse, entretanto, ao abordar a Ecopedagogia, neste artigo, é discutir a sua aplicabilidade na escola formal, analisando o tipo de gestão escolar que melhor atende às demandas da Ecopedagogia.

Mas o que seria gestão? Libâneo, em seu livro *O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática* (2001 : 349), concebe a gestão como sendo o conjunto de todas as atividades « de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o

cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho". Como nos explica o autor, "Essa definição se aplica aos dirigentes escolares, mas é igualmente aplicável aos professores, seja em seu trabalho na sala de aula, seja quando são investidos de responsabilidades no âmbito da organização escolar" (2001 :349). Por gestão democrática compreendemos, ainda citando Libâneo (2001 :326), a que combina "a ênfase sobre as relações humanas e sobre a participação das decisões com as ações efetivas" da instituição escolar. Essa gestão tem como princípios a « autonomia da escola e da comunidade educativa », que deve participar ativamente da tomada de decisões escolares.

Oposta a essa concepção, temos a gestão empresarial, aplicada às organizações comerciais de um modo geral, caracterizada pela relação vertical entre um pequeno grupo que manda e um grupo que obedece. A comunicação entre esses dois pólos é mínima, porque a relação que existe entre eles se restringe à subordinação, e o que se comunicam são ordens, que, obviamente, vêm de cima para baixo, de modo que não há possibilidade dos subordinados participarem das tomadas de decisões da empresa.

Até pouco tempo, esse era o modelo de gestão aplicado às escolas, entretanto, com as novas demandas da sociedade, percebe-se a partir da última década do Século XX um esforço cada vez maior para que as instituições de ensino se democratizem cada vez mais, de modo que a escola venha desempenhar, da melhor forma possível, o seu papel social.

No caso da Ecopedagogia, analisando os seus princípios básicos, percebemos que o sucesso de sua aplicabilidade na educação formal está diretamente ligado ao modelo de gestão que se implanta na escola. Com efeito, a Ecopedagogia propõe uma pedagogia « biófila », ou seja, capaz de promover a vida e que possa motivar o aluno a "envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se, entusiasmar-se".

Ora, não há como "compartilhar", se não se democratizam as relações dentro da escola, do mesmo modo que não há como "envolver-se", se as relações forem caracterizadas pela dominação e pela repressão. Com efeito, não há como verdadeiramente comunicar-se, em plenitude, se há uma relação em que alguém manda e outros simplesmente obedecem; quando o que se comunica não passam de convenções, regras etc.

Outro princípio importante da Ecopedagogia é a significatividade do ensino, o que só pode ocorrer quando a escola permite a participação de todos, pois não há significatividade se não há também participação, e esta só é possível plenamente na gestão democrática. Para a significatividade ocorrer no espaço da sala de aula, é preciso que ocorra, antes, no espaço administrativo. É preciso que pais, alunos, funcionários e comunidade participem das tomadas de decisões da escola, do planejamento escolar, da avaliação institucional e da execução das atividades

da escola.

Além da significatividade, a Ecopedagogia deve se fundamentar numa racionalidade intuitiva, afetiva e comunicativa, e não na razão instrumental, que tem caracterizado a ciência e a ação pedagógica. Ora, a gestão empresarial é essencialmente instrumental. Neste modelo, o gestor tem objetivos claros a serem alcançados e utiliza a razão para isso, priorizando a divisão das funções, a anulação das diferenças, o automatismo das atividades, o tecnicismo e assim por diante.

Na Carta da Ecopedagogia não há referência explícita ao tipo de gestão que atende às necessidades da Ecoformação, entretanto Gadotti, em *Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável* (2002 :93), ao discorrer sobre o alcance dessa pedagogia, afirma que ela propõe « uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantismo dos sistemas atuais de ensino, propondo a descentralização democrática e uma racionalidade baseadas na *ação comunicativa* ».

Gadotti, entretanto, não desenvolve suas idéias sobre como essa democracia deve ocorrer em nível de sistema e tampouco se preocupa em ampliar a discussão sobre a gestão dentro da escola. Lembremo-nos, todavia, de que a Ecopedagogia objetiva formar, através de uma racionalidade da afetividade e da comunicação, a consciência da cidadania planetária. Essa cidadania, fundamentada no princípio da sustentabilidade, ou seja, no progresso que respeita e preserva as condições de vida no planeta, só pode ser construída, no âmbito escolar, dentro de uma concepção emancipatória do processo educativo, cuja gestão seja essencialmente democrática.

Além disso, a Ecopedagogia demanda uma escola que eduque através da sensibilidade, da compaixão para com todas as formas de existência, sejam elas animadas ou não. A solidariedade, a empatia, o « estar com », o sentir o outro, o « olhar com o coração » são fundamentais nessa nova forma de « ver o mundo ». Só assim construiremos uma nova ética, que promova "a justiça sociocósmica" de que fala Gutiérrez (2000 : 120).

Notemos que saímos das relações convencionais pura e simples e adentramos na exploração da subjetividade e da espiritualidade. Neste sentido, a Ecopedagogia mantém um forte parentesco com os princípios franciscanos : todos os seres são nossos irmãos e devemos tratá-los com uma ternura fraternal. Mas a gestão democrática poderia, por si só, garantir esse espírito de compaixão e de fraternidade universal?

Uma das tônicas das discussões do último Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, alerta para o fato de que a Democracia pode ser tão perigosa quanto as ditaduras. De fato, o Estado democrático parece não assegurar, necessariamente, nem o amor e nem o respeito em relação à natureza e aos demais seres vivos. Cada vez se torna mais claro para a opinião pública o fato de que o governo dos EUA, embora se propaguem, enquanto República, como exemplo de

nação democrática e seja um dos países que mais poluem o globo, pouco se importa com a preservação do meio ambiente, tanto que continua resistindo em assinar o tratado de Kyoto, que visa diminuir a emissão de gases que destroem a camada de ozônio. Dentro do próprio EUA, aumentam a desigualdade social e os guetos, mostrando que a Democracia também pode ser fria, dura e, em alguns casos, inclemente, sobretudo quando se trata de proteger interesses hegemônicos, seja nos EUA, na Europa ou em qualquer outro lugar do mundo. Não podemos ignorar que o mesmo país da Democracia e da livre iniciativa é também o país que adota a pena de morte. Não podemos desconsiderar ainda que é este mesmo país que reelege um presidente que invadiu, passando por cima da determinação da ONU, uma nação, sob o pretexto não confirmado de que produzia armas químicas.

Se, por um lado, a Democracia tem sido, desde os primórdios da civilização, considerada como um modelo utópico de gestão, que poderia proporcionar o bem-estar comum, não podemos ignorar que a própria democracia grega não fez desaparecerem os escravos e nem a segregação das mulheres. Não há como ignorar as inúmeras vantagens desse modo de gestão comparado aos regimes ditatoriais, entretanto, se a Democracia apresenta uma face destruidora, é porque tem limites no processo de humanização e, se de um lado, tende de fato a reduzir as tensões sociais, por outro, não podemos deixar de levar em conta que ela não extingue, por completo, a luta entre os que têm mais e os que têm menos.

No caso específico de nossa sociedade, não podemos nos esquecer de que existe um progresso tecno-tecnológico que ameaça avançar cada vez mais, destruindo a natureza e aumentando o fosso entre os ricos e os pobres, indefinidamente. E mais : A Democracia demonstra que não tem forças suficientes para estancar esse processo. Ao contrário, o que se tem observado é que as nações que têm deixado o Socialismo e aberto suas fronteiras ao modelo democrático acabam se tornando também capitalistas e estão lutando pelo seu espaço no mundo globalizado, como todas as demais, com drásticas conseqüências sociais e humanas..

Diante do exposto, é evidente que a gestão democrática se apresenta como a forma mais adequada de gestão escolar aplicável à Ecopedagogia, mas, como explicitamos anteriormente, uma gestão escolar puramente democrática não assegura os objetivos da Ecopedagogia, que são o respeito e o amor pela terra e por todos os que a habitam, o que está longe de ser conseguido no modelo de sociedade democrática que temos hoje nos países capitalistas.

É preciso lembrar que a Democracia, como ela é praticada hoje, assegura, sim, a maior participação dos cidadãos nos processos decisórios, mas não vislumbra o crescimento da generosidade e nem da espiritualidade. Para tanto, é preciso que outras dimensões humanas sejam desenvolvidas, para que se possa, inclusive, humanizar a própria Democracia. Isto posto, é

necessário que a gestão escolar seja democrática quanto à definição, *mas telúrica quanto ao seu direcionamento*. A gestão democrática, dentro do contexto da Ecopedagogia, precisa ser, para atender às necessidades da ecoformação, uma instância organizacional mediada não apenas pela política, mas também pela espiritualidade. Ternura, amor, solidariedade e benevolência pelos demais seres são valores que não se aprendem necessariamente com o exercício democrático. Isso significa que a gestão escolar deve se reger também por uma direção espiritual, que pode ser de natureza religiosa ou não. Esse direcionamento espiritual deve estar contemplado de forma clara no Projeto Político Pedagógico da escola, da mesma forma que as ações e metas para o seu desenvolvimento.

Mas em que instância do processo educacional essa espiritualidade deve ser trabalhada? Antes de avançar na questão, lembremo-nos de que, a cada modelo de gestão, liga-se um tipo de organização, através do qual a escola busca racionalizar os meios para o desempenho de seu papel social. Dentro desse contexto, a gestão seria, portanto, reproduzindo as palavras de Libâneo "a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos" (2001 :318).

Conforme nos explica o autor, há dois tipos de organizações escolares: a formal e a informal. A primeira é aquela que é planejada (a estrutura organizacional) e formalizada nos planos de ensino, no projeto político pedagógico, no calendário escolar, etc. A segunda, a organização informal, "é um conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e o comportamento das pessoas em particular", correspondendo ao currículo oculto (2001:320) e que "diz respeito aos comportamentos, às opiniões, às ações e às formas de relacionamento que surgem espontaneamente entre os membros do grupo." (2001: 318)

Os elementos que formam a organização informal, de grande importância na determinação da cultura da escola, são conhecidos como a cultura organizacional e, segundo Libâneo, corresponde ao clima organizacional, ou seja, ao ambiente, ao clima da escola. Libâneo tem o cuidado de nos esclarecer que o termo "cultura", no contexto em que é utilizado, tem um enfoque mais psicológico do que antropológico, devendo ser compreendido como a cultura particular da instituição escolar. Segundo ele, "destacar a cultura organizacional como um conceito central na análise da organização das escolas significa buscar a relação das práticas culturais dos indivíduos e sua subjetividade com sua influência nas formas de organização e de gestão escolar." (2001:319)

Isto considerado e retornando à questão da necessidade de se humanizar a Democracia dentro da escola, lembremo-nos de que a Ecopedagogia é uma "pedagogia do cotidiano" e por isso não se

restringe ao espaço escolar. Além disso, por ser uma pedagogia do cotidiano, ela prioriza as pequenas coisas, como o sentir, o viver, o que não significa, entretanto, que ela despreza as teorias, o “ler sobre”. Ora, podemos concluir, portanto, que a Ecopedagogia se insere, na escola formal, mais do que na organização formal, no currículo oculto e na organização informal, que é tão ou mais importante do que a formal, porque determina os limites em que a Democracia vai se concretizar dentro da escola.

Libâneo chega mesmo a afirmar que “os valores, as crenças, os modos de agir dos indivíduos e sua subjetividade são elementos essenciais para compreender a dinâmica interna” das organizações como um todo. Repetindo as suas palavras,

"A cultura é um conjunto de conhecimentos, valores, crenças, costumes, modos de agir e de se comportar adquiridos pelos seres humanos como membros de uma sociedade. Esse conjunto constitui o contexto simbólico que nos rodeia e vai formando nosso modo de pensar e de agir, isto é, nossa subjetividade. As práticas culturais em que estamos inseridos manifestam-se em nossos comportamentos, no significado que damos às coisas, em nosso modo de agir, em nossos valores. Em outras palavras, o modo como nos comportamos está assentado em nossas crenças, valores, significados, modos de pensar e de agir que vamos formando ao longo da vida, tanto em nossa família, o lugar em que nascemos e crescemos, como no mundo de vivências que foi dando contorno a nosso modo de ser e naquilo que fomos aprendendo em nossa formação escolar." (2001:319)

É preciso termos sempre em mente que a Democracia não é algo que se impõe, do mesmo modo que não é igual em sua realização, assim como também não é algo que se pode dizer de modo algum acabado. Não há a Democracia com maiúscula, a democracia ideal. Não existe um ideal democrático que possa algum dia ser atingido, mas apenas a democracia possível, incompleta, falha, mais ou menos perfeita, dependendo das situações em que ela exista, das pessoas que a concretizem, enfim, do momento histórico.

A Democracia só existe, portanto, nos limites da historicidade, condicionada por uma grande variedade de elementos que a tornam concreta, mas também incompleta, deficiente. Dentre estes elementos, está a cultura organizacional, ou seja, a organização informal. Citamos ainda o sistema, as condições políticas, a cultura local (agora, compreendida de forma antropológica), a

ignorância, a falta de interesse, etc.

Quando afirmamos que a gestão democrática, para atender aos princípios da Ecopedagogia, necessita de um direcionamento espiritualista, estamos pensando em formas de se trabalhar essa organização informal, já que, como afirma Libâneo, "A cultura organizacional de uma escola explica, por exemplo, o assentimento ou a resistência ante as inovações, certos modos de tratar os alunos, as formas de enfrentamento de problemas de disciplina, a aceitação ou não de mudanças na rotina de trabalho, etc" (2001:320) e diz respeito não apenas aos gestores e professores, mas a todos os que freqüentam a escola.

Para Libâneo, a cultura organizacional está presente na escola de duas formas: como cultura instituída, presente nas normas, na estrutura organizacional, na rotina, na grade curricular, nos horários etc, e a cultura instituinte, criada e recriada nas relações e na vivência cotidiana. (2001:321) Essa cultura, embora implícita na maior parte das vezes, pode e deve, entretanto, "ser discutida, avaliada, planejada, num rumo que responda mais de perto aos interesses e às aspirações da equipe escolar, o que justifica a formulação conjunta do projeto pedagógico-curricular, a gestão participativa, a construção de uma comunidade de aprendizagem" (2001:321).

Considerando que a maior contribuição da Ecopedagogia para a escola formal está justamente em nos convencer da necessidade de educarmos os alunos a partir da cotidianidade, é na conformação dessa organização cultural que a escola deve investir primordialmente, porque a ela estão ligadas a organização formal e a concretização da Democracia na instituição escolar.

Assim, acreditamos que o projeto político pedagógico deve contemplar, também e de forma tão privilegiada quanto os conteúdos, a cultura da escola, que deve ser, tanto quanto possível, não apenas discutida, mas analisada, racionalizada, de forma a que se planejem ações que visem o desenvolvimento das habilidades propostas pela Ecopedagogia, tanto no corpo gestor, técnico e docente, quanto nos alunos.

Chegando ao término dessas reflexões, em que nos propomos a avaliar o conceito de gestão escolar presente na Ecopedagogia, podemos concluir que o conceito de gestão mais apropriado à ecoformação é, sem dúvidas, o de gestão democrática, entretanto não uma democracia espiritualmente neutra, laica, como a que se tem propagado nas escolas e em outras esferas organizacionais, mas uma democracia vista como um processo de gestão mediado não apenas pela instância política, mas também pela espiritual. Na prática, isso significa que a participação e a espiritualidade passam a ser formas de manifestação da gestão escolar, preparando os indivíduos para a cidadania planetária, o que significa, neste contexto, o exercício da verdadeira fraternidade.

Significa, em outras palavras, que o plano espiritual deve merecer, por parte da escola, a mesma atenção dispensada aos conteúdos disciplinares. Evidentemente, a religião, por si só, não

nos fornece a chave dos problemas. Como afirma Boff (2004:21),

Ela pode seguramente revitalizar uma dimensão da existência, o espaço institucional do sagrado e reforçar o seu poder histórico-social. Mas não necessariamente gesta um modo de ser mais solidário e compassivo. Nem *ipso facto* origina uma espiritualidade capaz de tudo religar e de tudo fundar na Fonte originária.

O decisivo não são as religiões, mas a espiritualidade subjacente a elas. É a espiritualidade que une, liga e re-liga e integra. (2004:21)

Essa espiritualidade, que pode ser desenvolvida através das religiões ou simplesmente por uma relação telúrica entre o homem e a natureza, é não apenas um dos princípios da Ecopedagogia, como também um dos caminhos que possibilitará a humanização da prática democrática dentro da escola, formando o cidadão ético, comprometido não apenas com o outro, mas também com o meio em que vive.

Citando novamente Boff, “Cuidar do espírito significa cuidar dos valores que dão rumo à nossa vida e das significações que geram esperança para além de nossa morte. Cuidar do espírito implica colocar os compromisso éticos acima dos interesses pessoais ou coletivos.” (2004:151) Uma gestão democrática que não se preocupe com a dimensão espiritual escolherá, democraticamente, uma vivência menos humana da Democracia em todos os níveis de funcionamento da escola. Ao contrário, a gestão que priorize a formação espiritual da comunidade escolar propiciará uma experiência educativa mais comprometida com os objetivos da Ecopedagogia, criando as condições para que a ecoformação de fato ocorra no cotidiano da escola, contribuindo para a formação da sociedade planetária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. 31 ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra e educação sustentável*. [www.168.96.200.17/ar/libros/torres/gadotti.pdf+ecopedagogia&hl=pt-BR](http://www.168.96.200.17/ar/libros/torres/gadotti.pdf+ecopedagogia&hl=pt-BR). 2002. Acessado em 01/05/2005.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática.*

Goiânia: Alternativa, 2001.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* Trad. Catarina Elonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.